

## **MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DO INSTITUTO DE BOTÂNICA**

**Referência:** Áreas do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga objeto de autorização para desafetação pela Lei Estadual nº 14.944, de 09 de janeiro de 2013..

### **Considerações iniciais:**

1. A Lei Estadual nº 14.944, de 09 de janeiro de 2013, em seu artigo 1º, inciso I, autoriza o Estado de São Paulo a desafetar as seguintes áreas do “Parque Estadual das Fontes do Ipiranga”: (i) uma área de 331.751,50 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e um metros quadrados e cinquenta décimos quadrados), onde se encontra instalado o Recinto de Exposições “Sálvio Pacheco de Almeida Prado”, a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) e dependências do Instituto Geológico, órgão da Secretaria do Meio Ambiente (Figura 1), e (ii) remanescente de área seccionada pela Rodovia dos Imigrantes, incluindo o local denominado de “Americanópolis”.



FIGURA 1. FOTO DO PEFI COM INDICADORES DAS ÁREAS DESAFETADAS PELA LEI Nº 14.944/2013.

2. A Lei Estadual em comento, por outro lado, integra ao "Parque Estadual das Fontes do Ipiranga" área contígua com 65.330 m<sup>2</sup> (sessenta e cinco mil, trezentos e trinta metros quadrados), coberta por vegetação nativa, remanescente do espólio de João Bumaruf, quando concluído o respectivo processo de desapropriação.

3. Relevante também mencionar que a Lei Estadual em questão estabelece que 50% (cinquenta por cento) dos valores obtidos com a remuneração pela outorga concedida, fixa e variável, a ser paga pela concessionária de área a ser concedida (descrita no item 1 (i) desta manifestação), serão utilizados em obras de mitigação e compensação dos impactos causados pela implantação e exploração do empreendimento, ouvidos para a destinação de tais recursos o CONSEMA, o CONDEPHAAT e o CONDEPEFI.

4. O Decreto Estadual nº 52.281, de 12 de agosto de 1969, que criou o “Parque Estadual das Fontes do Ipiranga”, em seu artigo 2.º, inciso IV, estabelece como “área livre” o trecho do Parque onde se insere a área a ser desafetada e a libera para as finalidades que o Governo do Estado entender por bem lhe atribuir. (ver figura2).



FIGURA 2. LIMITES DAS ÁREAS LIVRES CONFORME DECRETO Nº 52.281/1969

5. O Plano de Manejo do PEFI, por sua vez, já estabelece como Zona de Uso Conflitante a parcela do Parque onde se localiza a área a ser desafetada. (ver figura 3).

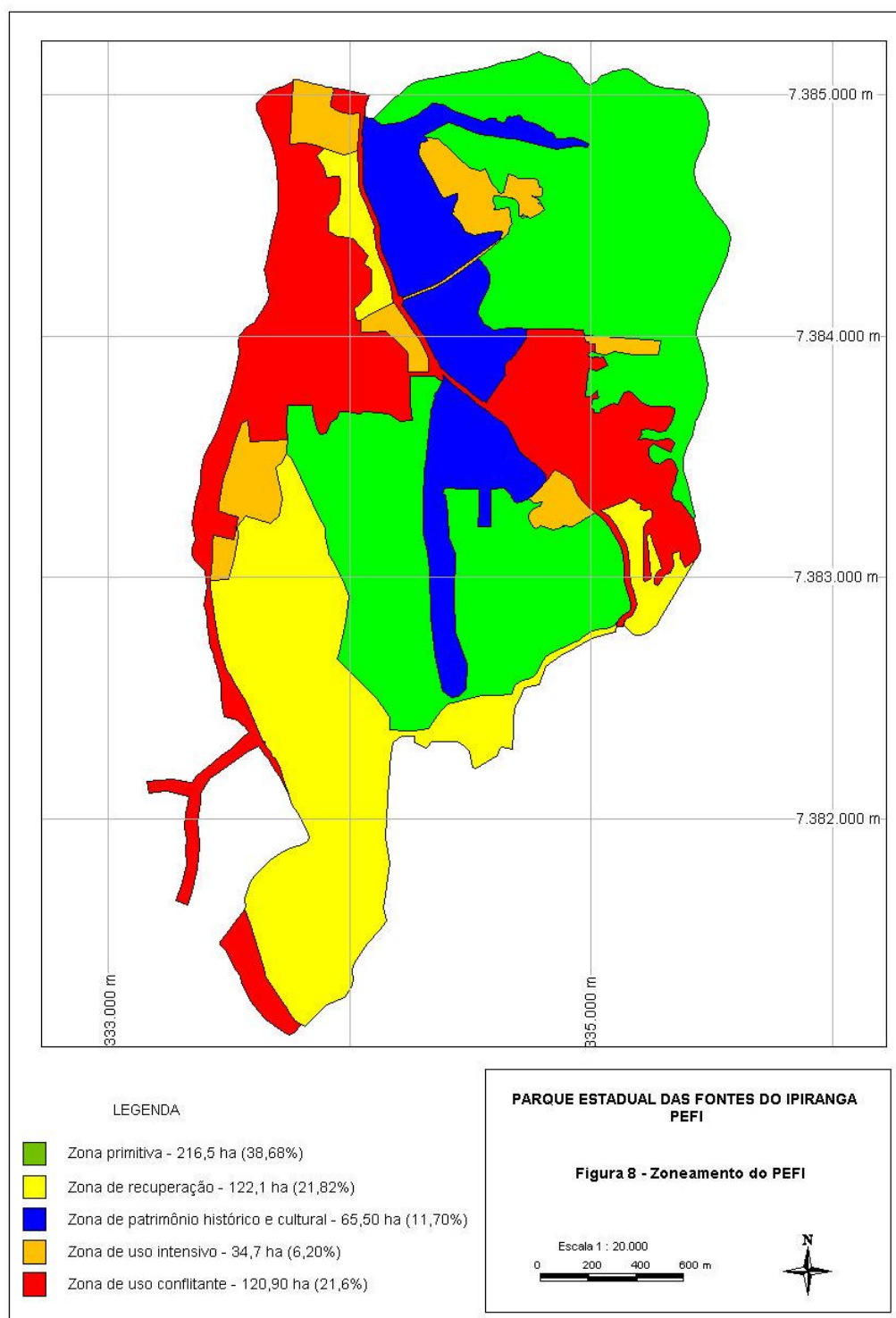


FIGURA 3. MAPA CONTENDO O ZONEAMENTO DAS ÁREAS DO PEFI, SEGUNDO O PLANO DE MANEJO.

6. Consta do Quadro 03 do referido Plano de Manejo os objetivos, a caracterização e as ações prioritárias para a Zona de Uso Conflitante:

Objetivos da zona	O objetivo de manejo é minimizar os impactos sobre a Unidade de Conservação. São áreas que concentram usos e finalidades estabelecidas antes da criação da Unidade e que conflitam com os objetivos de conservação da área protegida.
Critérios Físicos e indicadores desingularidades	Grau de conservação baixo Variabilidade ambiental baixa Representatividade baixa Riqueza ou diversidade de espécies média Suscetibilidade ambiental alta Potencial para conscientização ambiental alto
Meio físico	Predominam colinas pequenas e planícies fluviais urbanizadas e degradadas
Meio biótico	Vegetação nativa totalmente alterada, com raríssimas manchas de floresta em estágio secundário médio,
Meio sociocultural	Predominam campos antrópicos, bosques heterogêneos, áreas edificadas, áreas de estacionamento e vias de acesso com vários tipos de uso.
Principais conflitos	Presença de muitas áreas impermeabilizadas, de rodovia, via de circulação urbana e invasões.
Usos permitidos	São permitidas as atividades desenvolvidas pelas Instituições regulamentadas presentes no Parque. Não é permitida a instalação de novas Instituições. Novas atividades ou construções civis não devem conflitar com os objetivos do Parque, nem aumentar sua impermeabilização. É permitida a vigilância do patrimônio.
Ações prioritárias	Maior controle de acesso. Implantação imediata do Sistema de Saneamento. Negociações para reordenar o uso do espaço do Parque.

Considerando estas informações e enfatizando que:

- ✓ A Lei Estadual nº 14.944/2013 foi aprovada pela Assembleia legislativa de São Paulo;
- ✓ A desafetação não interfere no corredor ecológico em implantação (recomendado no Plano de Manejo);
- ✓ A área remanescente do espólio de João Bumaruf passará a integrar o PEFI (Decreto nº 58.108/2012, cujo processo se encontra na PGE);
- ✓ O assunto foi discutido no CONDEPEFI em Reunião Extraordinária do dia 28 de janeiro de 2013 (documento anexo);
- ✓ Os impactos serão mitigados e compensados;
- ✓ Estão garantidos recursos financeiros para a revitalização e preservação do PEFI.

O Instituto de Botânica, como órgão gestor do “Parque Estadual das Fontes do Ipiranga”, entende, com base no plano de manejo, que tecnicamente é mais vantajoso para o PEFI a desafetação das áreas propostas pela Lei Estadual nº 14.944/2013, porquanto tais áreas não possuem e, diga-se de passagem, já não possuíam à época da própria criação do Parque Estadual em referência, as características ambientais a justificar a proteção de uma unidade

de conservação integral, tampouco haveria possibilidade técnica de revertê-las a tal estado. São áreas integralmente antropizadas, cujo custo ambiental para trazê-las ao estado natural, com o restabelecimento de todo um ecossistema a justificar a proteção integral, seria infinitamente superior ao próprio custo ambiental gerado pela desconstrução dos imóveis que nela existem.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013.

**LUIZ MAURO BARBOSA**  
Diretor Técnico de Departamento  
Gestor do PEFI